

fessores e 10.000 supervisores que, por sua vez, ministrarão cursos intensivos de aperfeiçoamento a 69.000 professoras leigas.”²⁷

Torna-se importante salientar que os investimentos nas reformas educacionais, foram pensados como parte do esforço governamental pelas chamadas reformas de base, entre as quais a educacional foi destacada como uma das prioridades.

2 – A política de educação de adultos

A efervescência político-cultural, sentida na segunda metade dos anos 50 no Brasil, refletiu-se no campo educacional, especialmente naquele setor onde os resultados políticos poderiam ser efetivados de imediato: a alfabetização de adultos e a conseqüente formação de novos contingentes de eleitores. Além da importância da "leitura, escrita e contagem" para o desenvolvimento nacional, os interesses se voltaram para os dividendos eleitorais resultantes de tais atividades. Além disso, a participação crescente de estudantes, intelectuais e militantes políticos nas discussões em torno do nacionalismo-desenvolvimentista estimuladas pelo ISEB²⁸, contribuiu para a sua disseminação: o nacionalismo deixou de ser bandeira apenas da elite e penetrou com força na sociedade brasileira. Nessa discussão incluiu-se o papel decisivo da educação como base do "progresso" e da conquista da "soberania nacional".

Na esteira da aplicação de um método (eficaz e rápido) de alfabetizar adultos, estariam também propiciadas as condições especificamente pedagógicas para formar milhões de eleitores "conscientes da realidade nacional", provavelmente, em sua maioria, prontos para sufragar candidatos populistas e/ou progressistas/de esquerda. Era, enquanto projeto, a revolução pela educação e pelas urnas. Ao mesmo tempo, havia a preocupação dos

²⁷ A educação nas mensagens presidenciais. Op. cit., p. 362.

²⁸ Sobre o ISEB, vide Toledo (1982) e Roux (1990).

oposicionistas (antipopulistas, conservadores) que não desejavam profundas alterações nas regras do jogo político-eleitoral.

"Nas eleições de 60 já se faziam sentir os efeitos da difusão do ensino elementar em geral e do programa de educação de adultos da Campanha de Educação de Adolescentes e de Adultos (CEAA): o eleitorado havia crescido em quase 50 % entre 1950 e 1960 (7,9 milhões em 1950 e 11,7 milhões em 1960). A votação para presidência da República revelou a desobediência do eleitorado aos seus líderes tradicionais, embora o poder local – e as oligarquias nele apoiadas – tenham logrado manter sua representação no Congresso. Mostrava-se a difusão do ensino como poderoso aliado contra a política dos currais eleitorais, ao menos em relação ao governo da União" (Paiva, 1987:204).

Convém destacar as constatações do trabalho citado. A participação e os resultados eleitorais consequentes da alfabetização de adultos em larga escala não constituíam uma mera possibilidade, mas uma realidade quantificável já nas eleições de 1960. A tendência dos votos a favor de certa renovação política, contra o voto de cabresto, também era mensurável, ainda que não tenha modificado o panorama político nacional. A implementação da educação de adultos, em massa, desnudava outros interesses – como os dos católicos e dos protestantes – pelo controle político-pedagógico da alfabetização dos adultos.

Nesse sentido, mesmo com poucos meses de governo, Jânio Quadros lançou a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo (MNCA) e, em conjunto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), oficializou o que viria a ser, no período Goulart, um dos mais importantes programas alfabetizadores: as escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB). O Estado e a Igreja católica se uniam para alfabetizar em massa.

Foi durante o governo Goulart que as iniciativas e a efetivação da educação de adultos constituíram máxima prioridade. A mobilização de contingentes de adultos para a alfabetização (e para a conscientização da realidade nacional)

tornou-se investimento tanto no aspecto socioeconômico (do nacional-desenvolvimentismo), como no âmbito político (na própria sustentação do populismo janguista inclinado para a esquerda).

É importante registrar, porém, uma herança: o fim dos anos 50 e o início da década de 60 foram o desaguadouro histórico de fracassadas campanhas alfabetizadoras anteriores. Como tentativa de antídoto ao fracasso até então consumado, um novo realismo educacional trazia à tona novas preocupações específicas da educação dos adultos. Entre essas, havia uma principal: a alfabetização de adultos não existia como uma prática e uma teoria neutras. Ao contrário, tal processo continha motivações e emanava conseqüências eivadas de conteúdos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Em termos de idéias, as discussões do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, repercutiram nos anos 60. Várias teses e diversas correntes foram apresentadas, sendo que, em síntese, competiram duas tendências principais: os que queriam a educação de adultos agindo preventivamente contra a subversão e as perturbações sociais que seriam possibilitadas, em oposição aos que pugnavam por uma verdadeira democracia. Esta só seria possível quando todos os maiores de dezoito anos soubessem ler a chapa dos candidatos e escolhê-los em função de suas posições e atitudes frente à coisa pública.

Não obstante, a principal preocupação política desses grupos residia no perigo da convulsão social. Temia-se que a grande maioria dos adultos, excluída de qualquer processo de decisão ou escolha sociopolítica, pudesse, ao saber melhor a realidade, adquirir um poder de transformação²⁹ até então desconhecido e, por isso mesmo, imprevisível, talvez incontrolável. Note-se que, mesmo entre os defensores das reformas estruturais da sociedade brasileira, havia a preocupação em evitar choques, crises e em conduzir o processo de forma pacífica e ordeira. Entre estes, destacaram-se os setores católicos progressistas e correntes comunistas, inclusive aquelas lideradas por Prestes. Era praticamente consensual que o saber-poder presente na educação dos adultos teria que ser controlado. Assim é que sua implantação seguiu os

²⁹ Ver Paiva, 1987, p. 209.

parâmetros políticos ditados pelos grupos que venceram a disputa, os quais lideraram os movimentos de alfabetização até abril de 1964.

No mesmo Congresso, também foram esboçadas as idéias político-pedagógicas que contribuíram, no início dos anos 60, para o surgimento do chamado Método Paulo Freire. Entre outras propostas e afirmações, o relatório do encontro preparatório, realizado no Recife, advogava:

- . a conscientização a respeito do desenvolvimento nacional por parte do povo e a intensa participação deste nas decisões da vida pública do país;
- . o fim dos transplantes educacionais, perpetuadores da colonização, e a elaboração de cursos e materiais didáticos que correspondessem à realidade existencial dos alfabetizando-educandos adultos;
- . a viabilização de um trabalho educativo *com* o homem e não *para* o homem;
- . a formação de um novo educador, participante (não-diretor) do processo alfabetizador, enquanto construtor de um novo país;
- . a substituição do discurso do professor pelo debate no grupo e a utilização de técnicas modernas de trabalho em grupos (depois denominados círculos de cultura) com auxílio de recursos audiovisuais.³⁰

Com efeito, o tratamento exclusivamente técnico dos problemas da educação dos adultos cedeu espaço para preocupações políticas, sociais, econômicas e culturais inerentes à prática educativa. Nessa justificativa, o preconceito contra o analfabeto foi, efetivamente, combatido: sua existência, em vez de constituir uma chaga nacional, era reconhecida como produto das condições socioeconômicas às quais o povo estava submetido. Ao lado das preocupações com as quantificações, foram destacadas as ações qualitativas em relação aos processos de ensino-aprendizagem e aos novos métodos (modernos e ativos).³¹

No início de 1958, foi encetada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) como um programa de educação popular em geral. A partir de 1959, com o aumento dos recursos financeiros disponíveis, a CNEA

³⁰ Idem, p. 210.

³¹ Idem, p. 333.

firmou convênio com o Sistema Rádio-Educativo Nacional (Sirena), e passou a atuar na área na alfabetização de jovens e adultos com escolas radiofônicas, por meio da assistência de monitores treinados, em locais escolhidos pela própria comunidade. Em sua breve vida (1958/1963), a CNEA-Sirena inspirou algumas experiências importantes, que duraram mais que ela mesma, a exemplo do Sirepa (Sistema Rádio-Educativo da Paraíba). Por seu turno, a alfabetização pelo rádio, através do MEB³², atingira, já em 1961, os estados de Goiás, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará.

Analisando-se esta breve história de ações oficiais e não-oficiais da política de educação de adultos, formula-se a questão: todas essas ações ocorriam aleatoriamente, sem coordenação? Até certo ponto, sim. Pode-se dizer que, em matéria de educação – em particular dos adultos – o período janguista caracteriza-se pela multiplicidade de ações, pela disputa entre grupos e pela falta de uma coordenação geral.

Objetivando estabelecer uma coordenação nacional dos programas e experiências que estavam sendo executados, foi realizado o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (Recife, 1963)³³. Entre os resultados práticos do Encontro, destacaram-se: a criação da Comissão Nacional de Cultura Popular e a instauração do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), dirigido por Paulo Freire. A Comissão, adjunta ao gabinete do ministro da Educação, implantaria o Sistema Paulo Freire em nível nacional³⁴.

A reação militar de 1964 não deixou que tal coordenação atuasse, evitando um perigo maior temido pelos golpistas e seus aliados. O PNA, considerado um dos mais perigosos planos subversivos em marcha, foi extinto duas semanas após o golpe.

Não obstante, para além das oposições e das diferenças ideológicas, tanto os grupos conservadores (de direita), como os progressistas (de esquerda), entenderam que o controle da educação sistemática, principalmente em seu primeiro e mais expressivo estágio – a alfabetização – era instrumento de qualquer grupo ou governo que tivesse pretensões de chegar ao poder (ou

³² Ver Wanderley (1984) e Fávero (1983).

³³ Citado na Introdução deste livro.

³⁴ Nesse Encontro foram indicados dois membros da Ceplar (Isa Guerra e Paulo Pontes) para a composição da Comissão Nacional de Cultura Popular do governo Goulart.

nele se manter) pelo voto. Desse ângulo, um extrato do discurso de Paulo Freire, proferido no encerramento da experiência de Angicos/RN, na presença do presidente Goulart, é esclarecedor:

"Senhor Presidente, apenas onze situações sociológicas foram necessárias para nós deixarmos estes 300 homens de Angicos, não apenas podendo fazer uma carta a V. Excia., mas sobretudo podendo dizer conscientemente que de hoje em diante estes homens vão votar não nos homens que lhes peçam um voto; vão votar não nos padrinhos, vão votar não nos políticos que somente porque sejam políticos se apoderam do seu destino; vão votar não somente nos coronéis ou porque coronéis, mas vão votar precisamente na medida em que estes candidatos revelem uma possibilidade de realmente e de lealmente servir ao povo e servir a ele mesmo."

A possibilidade de milhões de brasileiros saberem ler e, assim, compreender sua situação, de tentarem organizadamente transformá-la, de adquirirem saber/poder para escolher e agir coletivamente e, assim, galgar outros poderes tornou-se uma das principais apostas das esquerdas. Em contrapartida, foi preocupação permanente dos que não admitiam mudanças, a não ser aquelas que lhes beneficiassem (empresários, grupos oligárquicos, grandes proprietários rurais, comerciantes, grupos internacionais, militares etc.).

3 – Os movimentos de alfabetização e cultura popular

O que houve de tão poderoso na educação popular dos anos 60 para interessar tantas pessoas e entidades? Fávero caracteriza o poder desses movimentos de cultura e educação, apresentando o seguinte argumento:

"Dentre as formas de luta popular que surgiram naqueles anos (1960), ou que neles conseguiram se fortalecer, uma

delas se chamou cultura popular; e ela subordinava outra: a educação popular. Nesse campo, tudo se refez e tudo se imaginou criar ou recriar, a partir da conscientização e da politização – ou seja, da organização das classes populares. O que se pretendia? Transformar a cultura brasileira e, através dela, pelas mãos do povo, transformar a ordem das relações de poder e a própria vida do país. Os instrumentos? Círculos de cultura, centros de cultura, praças de cultura, teatro popular, rádio, cinema, música, literatura, televisão (...), sindicatos, ligas (...) com/para/sobre o povo. Instrumentos que se convertiam em movimento” (1983:9).

Entre os principais movimentos, implantados no Nordeste, entre 1960 e 1964, merecem destaque: o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em maio de 1960, na Prefeitura do Recife (gestão Arraes); a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, sob os auspícios da Prefeitura de Natal (RN), instituída em fevereiro de 1961; o Movimento de Educação de Base (MEB), da CNBB em convênio com o governo federal, instituído em março de 1961 em vários estados.

O que esses movimentos trouxeram de novo? Basicamente, não constituíam apenas campanhas alfabetizadoras de massa, para acabar com a doença do analfabetismo. Propuseram-se a alfabetizar adultos, mas segundo se pode depreender da idéia de seus líderes, na perspectiva da valorização da cultura e da educação popular. Embora continuassem sob patrocínio do Estado, sob seu financiamento, esses movimentos transcenderam o controle estatal e imiscuíram-se na sociedade civil, aprofundando suas raízes.

Certamente, uma das formas de “estar no Estado”, transcendendo-o, foi impulsionada pela priorização da educação como cultura e da cultura como manifestação artístico-intelectual. Entretanto, a educação e a cultura seriam objetivadas do ponto de vista das necessidades, dos valores e da capacidade de mobilização e organização do povo.³⁵

³⁵ Para os que “passaram pela experiência histórica do populismo, as expressões ‘cultura popular’ e ‘cultura do povo’ provocam certa desconfiança e vago sentimento de mal-estar. No

O Movimento de Cultura Popular do Recife, em seu Plano de Ação para 1963, preconizava:

*"Um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos seus setores de elite. Esta nova situação caracteriza, de modo genérico, o quadro atual da vida brasileira. No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife, logo depois em todo o estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular. Em Recife, e a seguir em Pernambuco, as forças populares lograram se fazer representar nos postos-chaves do governo e da administração. A ocorrência dessa conquista, alcançada através do esforço organizado das massas populares, criou novas condições que se traduzem na possibilidade do movimento de cultura popular ser financiado por recursos públicos e ser apoiado pelos poderes públicos (...). O movimento popular não gera um movimento cultural qualquer. Gera, precisamente, um movimento de cultura popular. Os interesses culturais do movimento popular têm, portanto, um caráter específico: exprimem a necessidade de uma produção cultural, a um só tempo, voltada para as massas e destinada a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar, o movimento popular."*³⁶

A temática do MCP mostra, a exemplo dos outros movimentos e campanhas desse período, que o populismo e o popular encontravam-se indissociados. Ao

entanto, convém admitir que tais reações nascem das lembranças do contexto político em que aquelas expressões foram abundantemente empregadas" (Chauí, 1993, p. 61).

³⁶ MCP – Memorial (26 anos). Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986, p. 51.

afirmar, por exemplo, que "a ocorrência dessa conquista (foi) alcançada através do esforço organizado das massas populares", ao mesmo tempo escondia a determinante presença de setores médios e de intelectuais (profissionais) em sua conquista, além das mãos invisíveis do populismo (de esquerda e de Estado).

Por outro lado, a noção de cultura popular emergiu em oposição à de cultura de elite. Todavia, foi uma parcela dessa elite (intelectuais, estudantes, professores, setores médios em geral) que se propôs a alfabetizar adultos na perspectiva da educação/cultura popular e a elevar o nível de consciência social das forças do movimento popular.

Outro movimento importante, a campanha (literalmente, acampamentos escolares) "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler"³⁷, surgiu de compromissos assumidos pela aliança progressista responsável pela campanha do prefeito eleito (Djalma Maranhão) em 1960.

"As forças progressistas, nacionalistas, de esquerda, estruturaram a campanha de seu candidato em organizações suprapartidárias(...). A exemplo da Frente do Recife, em Natal formou-se um arco político muito amplo: de conservadores modernos aos jovens cristãos radicais e aos comunistas" (Góes & Cunha, 1991:22).

Essa campanha, também extinta pelos golpistas de 1964, se desdobrou em vários outros projetos (fases), depois de resolver os problemas de espaço físico de maneira muito barata, construindo galpões de palha com a comunidade, adaptados em acampamentos escolares. A exemplo do MCP, realizou praças de cultura, praticou o Método Paulo Freire, preocupou-se em formar educadores e em profissionalizar seus educandos.

No documento apresentado no I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, mostrava a mescla de influências da AP e do PCB e a presença do sonho da revolução cubana no slogan (no final) de José Martí:

³⁷ Góes, Moacyr. Op.cit., 1991; Germano, 1989.

"Há um entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional – socialismo e luta antimperialista. Por conseguinte, embora pareça paradoxal, a cultura popular tem papel de instrumento de revolução econômico-social, mas, em última instância, a afirmação e vitória dessa revolução é que irá possibilitar o surgimento das mais autênticas criações populares, livres das alienações que se processam no plano político e econômico. Fica claro, portanto, o mais profundo sentido dialético da revolução popular que não é um fim, porém um meio de conseguir a libertação total do povo, fazendo-o construtor do seu destino. Nenhum povo é dono do seu destino se antes não é dono de sua cultura" (Góes & Cunha, 1991:27).

Para se ter uma idéia da importância adquirida pelo Movimento de Educação de Base (MEB) basta que se analisem suas realizações: presente em treze estados, no início de 1964; manteve 11 sistemas em 1961 e 55 em 1964; 25 emissoras transmitiam as aulas do MEB em março de 1964; entre técnicos, administradores e supervisores, trabalhavam quase seiscentas pessoas; o número máximo de escolas radiofônicas (7.353) foi atingido em 1963; entre 1961 e fins de 1965, quando foi extinto, o número de alunos concluintes aproximou-se de 380 mil; entre professores, supervisores, animadores populares e monitores, o MEB capacitou 13.770 indivíduos, entre os quais 7.500 monitores voluntários³⁸. A partir de 1962, refletindo a atuação de seus quadros de base, esse movimento incorporou as questões relativas à valorização da cultura popular, indo além da própria organização pedagógica das escolas pelo rádio. Os novos rumos do MEB ocorreram paralelamente às divisões da Juventude Universitária Católica (JUC), cujas forças de esquerda originaram a Ação Popular (AP)³⁹.

³⁸ Ver Wanderley, 1984, pp. 59-60.

³⁹ Ver Arantes, 1984.

Além dos movimentos citados, merece destaque o Centro Popular de Cultura da UNE, sendo primeiro de cultura popular⁴⁰ e, depois, de alfabetização. Na prática, cultura significava atividades de teatro, música, cinema, literatura, publicações, cursos de extensão. Depois do Encontro do Recife (fim de 1963) é que o CPC-UNE decide-se pela alfabetização. No seu manifesto (1962), podia-se ler:

"Nossa arte está em condições de transformar a consciência do nosso público e fazer nascer no espírito do povo uma evidência radicalmente nova: a compreensão concreta do processo (...). A arte popular revolucionária aí encontra seu eixo mestre e (...) o homem aparece como o próprio autor das condições históricas de sua existência. Nenhuma arte poderia se propor finalidade mais alta que esta de se alinhar lado a lado com as forças que atuam no sentido da passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade" (In Fávero, 1983:69-70).

Observa-se, no documento, um misto de vanguardismo-esquerdismo e de pedagogia (convencimento), para transformar a consciência do nosso público. Como em todos os movimentos citados, emergia uma questão norteadora: a conscientização.

Destarte, ficou evidente a influência das propostas político-pedagógicas de Paulo Freire, cujo método foi veículo das seguintes ações, entre outras:

- a) no Recife, do Movimento de Cultura Popular (MCP); da União Estadual dos Estudantes de Pernambuco e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife (financiado pelo MEC);
- b) em João Pessoa e, depois, em parte do estado, da Ceplar ;
- c) em Natal, da campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" ;

⁴⁰ Sobre "cultura popular", na visão de uma parte da esquerda, ver "A questão da cultura popular", in Fávero, pp. 33-47.

- d) em Angicos e no 16º Regimento de Infantaria do Exército – RN (financiado pela Aliança para o Progresso, por meio do convênio Sudene/MEC/Usaid);
- e) em Osasco (SP);
- f) em Brasília, por meio do Plano Nacional de Alfabetização (PNA-MEC);
- g) Projeto Nordeste e Projeto Sul (Sergipe e Rio de Janeiro, financiados pelo PNA-MEC).⁴¹

Em que pese todo o voluntarismo de suas ações, esses movimentos necessitavam de uma proposta pedagógica que ervisse de instrumento e veículo de suas posições políticas. É nesse contexto que se destacam as proposições metodológicas de Paulo Freire.⁴² Suas idéias galvanizaram praticamente todos os movimentos e campanhas progressistas e, até os conservadores que diziam usá-la (depois de 1964), em termos técnico-metodológicos, sem sua politização. Pode-se dizer que a alfabetização de jovens e adultos na década de 60 foi marcada em toda a sua extensão pelo Método Paulo Freire. Nele alfabetização e conscientização não se dissociavam, conforme preconizava seu autor:

"A afirmação fundamental que nos parece dever ser enfatizada é a de que a alfabetização de adultos, para que não seja puramente mecânica e memorizada, o que se há de fazer é proporcionar-lhes que se conscientizem para que se alfabetizem. Daí que um método ativo ajude o homem a se conscientizar em torno de sua problemática, em torno de sua condição de pessoa, por isso de sujeito, se instrumentalizará para as suas opções. Aí, então, ele mesmo se politizará" (1982:120).

A favor ou contra Paulo Freire articularam-se praticamente todos os movimentos que antecederam o golpe de 1964, assim como os que vieram a substituí-los. Até o Mobral, no auge da ditadura militar dos anos 70, afirmava utilizar parte das suas técnicas, sem a politização.

⁴¹ Ver Góes, 1991, pp. 53-54.

⁴² Essas proposições basearam-se nas reflexões de integrantes do SEC-UR, publicadas na revista *Estudos Universitários*, n.º 4, 1963, da Universidade do Recife.

II

DO SISTEMA PAULO FREIRE AO IPM DA DITADURA

Depoimento

"Comecei as aulas... que era slides, projetados numa tela. Lembro bem, não sai da imagem! Aí elas (as professoras da Ceplar) apresentavam assim... um catálogo com muitas figuras, com cartolina, com recortes de jornal, figuras, fotos. Colocavam no quadro e copiavam, com a nossa participação, jaca, laranja, banana. (...) Elas preparavam aquelas cartolinas com desenhos de feira, de supermercado, de loja, o que interessasse, e perguntavam o que estão vendo ali? Aquele pessoal carregando aqueles balaços, né? Perguntava e a gente dizia: é um cesto... e ela escrevia cesto. Para separar, né? Depois, a gente dizia as letras. Nos slides viam só as palavras divididas em sílabas... cesto tem quantas sílabas? E como se lê isso? A gente ia soletrando, e assim, ia aprendendo. Levei mais de um ano para soletrar sozinha, porque estava acostumada só a copiar, foi difícil... mas tinha gente que fazia em menos tempo, mais rápido... porque a maneira de ensinar... você podia ler mesmo, até em seis meses! Agora, para mim foi difícil, porque eu sabia as letras, mas não sabia juntar! Porque na hora de juntar... eu olhava as paredes. Vou juntar para onde? Porque para copiar... já estava tudo junto, mas o problema era separar ela para formar as palavras!"

"Lá não tinha política, lá não. A política que eles achavam é que você alfabetizado podia entender mais as coisas... e votar né? Nas primeiras aulas, não se fala nisso... nas últimas, quando o pessoal já tava lendo as palavras corretas... aí explicava para que servia os documentos. Aí na campanha (eleições) elas explicava, para que servia o título de eleitor, registro, carteira profissional... mas não fazia campanha, assim, não, para político não. O incentivo maior deles é que gente aprendesse a ler! Para que você ter conhecimento do que era o país subdesenvolvido... é o trabalho maior... saber ler para conhecer a realidade do país."

Maria Ilza Fernandes, ex-aluna da Ceplar

1 – Os fundadores e os aliados iniciais da Ceplar

No início de 1961, o governador da Paraíba (Pedro Gondim) comunicava seus planos de governo, destacando três prioridades: a valorização rural; o desenvolvimento, inclusive industrial, dos municípios e a educação popular. Para tal, estava prevista a aplicação de 10 bilhões de cruzeiros durante seu mandato (1961-65)⁴³.

Ao mesmo tempo, estudantes universitários, mergulhados na ebulição política do nacional-desenvolvimentismo e do populismo, e motivados por alguns fatores locais específicos, buscavam aproximar seus estudos da interferência prática na realidade social a ser transformada. Nessa perspectiva, um grupo de estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPB, dentre os quais alguns já professores da rede escolar estadual pública, militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), buscou o apoio do governo estadual para realizar um trabalho social múltiplo, que incluía desde noções de higiene e sanitarismo até a alfabetização de crianças e adultos em bairros pobres de João Pessoa. Da soma da ação social/ assistencial e política dos estudantes universitários e dos objetivos prioritários do governo estadual em relação à educação, nasceu a Ceplar, no final de 1961.

Em toda a sua trajetória, a Ceplar contou com a cobertura da imprensa paraibana conforme comprova a notícia abaixo, publicada no jornal oficial A UNIÃO, do governo estadual:

"Dentro de mais alguns dias estará sendo lançado em João Pessoa, com o apoio decidido de amplos setores da opinião pública paraibana, o Movimento de Cultura Popular, já lançado em Recife, onde se submeteu a estágio especial na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)" (9/11/61).

Convém destacar duas referências iniciais para a implantação da Campanha na Paraíba: o Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife e a Sudene.

⁴³ Ver O NORTE, 10/1/61.

Somados estavam a utilização-valorização da cultura popular/local, a educação popular e o projeto de desenvolvimento regional representado pela Sudene. Não foi por acaso que a Ceplar, apesar de ser uma campanha educativa, não se subordinou à SEC-PB. Estava ligada diretamente ao Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), dirigido por Ronald Queiroz (representante da Sudene na Paraíba) e formado por técnicos em economia e planejamento, entre os quais alguns ligados aos partidos de esquerda, como o PCB. Conforme Queiroz, "entre a Ceplar e o Conselho (Estadual de Desenvolvimento) havia uma reciprocidade de interesses"⁴⁴.

Dessas vinculações resultaram, como providência inicial, a concessão de:

*"Bolsas de estudo (...), (pelo governo estadual) a jovens paraibanos para cursos intensivos na Sudene e no Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP) a fim de estudarem o problema da educação popular. A dois dentre eles foi confiada a missão de organizarem, ao voltar, um movimento de educação popular, concretizado na Ceplar, Campanha de Educação Popular, com a finalidade de, através da educação e da cultura, elevar o nível das massas populares e integrá-las ao processo de desenvolvimento do país."*⁴⁵

Após a constituição de uma equipe inicial, o trabalho se concentrou em dotar a Ceplar de uma estrutura mínima de funcionamento, institucionalizando-a para que pudesse receber dotações externas e, principalmente, formulando planos de intervenção social, política e educativa. Esses planos contemplaram desde a escolha dos locais de atuação, passando pelo levantamento dos problemas específicos desses locais, pela contratação de professores, até a formulação de propostas pedagógicas para o processo de ensino-aprendizagem de crianças e também de jovens e adultos.

⁴⁴ Depoimento de Ronald Queiroz a Maria das Dores Porto e Iveline Lage, diretoras da Ceplar e autoras do livro *Ceplar – história de um sonho coletivo* (1995). O livro reflete a visão das autoras, que declaram: "Enfim, damos um testemunho sobre uma instituição que (...) merece figurar como parte integrante desse Estado" (p.19).

⁴⁵ Extrato do documento de defesa de quatro dirigentes da Ceplar.

Conforme o primeiro estatuto da Ceplar, de 13 de janeiro de 1962, a entidade foi gerida por um conselho deliberativo ao qual se subordinava uma diretoria assim constituída: secretaria geral, departamentos (de Formação da Cultura, de Difusão da Cultura, de Documentação e Informação) e um serviço administrativo. Desde cedo, havia uma separação (crescente a partir do desenrolar da Campanha) de idéias e ações, entre o Conselho Deliberativo e a Diretoria/Departamentos. A composição inicial do Conselho Deliberativo mostrava sua heterogeneidade:

"Estado, Prefeitura, Universidade, União Estadual dos Estudantes da Paraíba, União Pessoaense dos Estudantes Secundários, Associação Paraibana de Imprensa, Ação Católica, Arquidiocese, Federação Espírita, Maçonaria, Protestantes, Federação das Sociedade Benéficas, Legião Brasileira de Assistência" (Estatuto da Ceplar, 1962, aet. 22).

Em termos operacionais, a Ceplar contou com o apoio efetivo e, logicamente, com a interferência, além do secretário executivo do CED e do governo estadual, da Igreja católica, por intermédio do padre Juarez Benício, assistente da JUC, e do padre Everaldo Peixoto, assistente da JOC na Paraíba. Contou especialmente com o apoio do primeiro, em função da própria formação jucista dos fundadores da Campanha.

2 – O embrião da Ceplar

Um dos locais escolhidos para a atuação do grupo jucista que iniciou a Ceplar foi a Ilha do Bispo⁴⁶, bairro da capital paraibana, marcado, entre outros problemas, pela pobreza, pelo analfabetismo e por condições precárias de higiene e saúde de sua população. Não era muito diferente de outros bairros da capital, como o Róger, onde pesquisas realizadas por universitários cons-

⁴⁶ Local de concentração de operários da Fábrica de Cimento, Cal e Gesso Portland, do Grupo Votorantin.

taram mais de 80% de analfabetos entre os jovens e os adultos⁴⁷. Certamente, os universitários buscavam assistir/interferir, no sentido de ajudar a sanar dificuldades cotidianas, em troca da atenção ao seu discurso de reformas de base, de arregimentação e de convencimento político. Esse trabalho nunca foi desprezioso, pois havia intencionalidade política explícita em cada uma das ações assistenciais⁴⁸.

O governo estadual forneceu um local na Ilha do Bispo para a atuação desse grupo de universitários: o Grupo Escolar Raul Machado seria a base, uma espécie de posto de intervenção-piloto, inicialmente com a escolarização de crianças.

Numa combinação de assistencialismo e prática educativa e cultural, a Ceplar conseguiu aglutinar lideranças atuantes do bairro, tais como: Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso, Associação Beneficente dos Trabalhadores Índio Piragibe, sociedades recreativas (Paulista Esporte Clube, Clube dos Caçadores Índio Piragibe, Maguará Esporte Clube); grupos de jovens e adultos⁴⁹. As primeiras atividades definidas foram a construção de fossas sanitárias e entendimento com a Portland para a atenuação do processo contínuo de poluição, responsável direto pelos problemas respiratórios dos moradores da Ilha do Bispo. Junto ao Departamento Nacional de Endemias Rurais (Deneru) foram conseguidos os materiais para a instalação de dezenas de fossas, embora insuficientes para toda a população do bairro⁵⁰.

Em torno dessas atividades de emergência, foram organizados grupos de debates sobre as questões mais prementes e sua ligação com a discussão política local e nacional. Essas ações e debates visavam ao convencimento da população local e de suas lideranças, no sentido de ultrapassarem o caráter imediatista dos resultados práticos conseguidos para uma permanente mobilização sociopolítica. Nesse sentido, foram fundamentais as atividades artístico-culturais como os sketches (pequenas peças de teatro) e as paródias apresentadas, retratando o dia-a-dia da população. Os estudantes procuravam

⁴⁷ Depoimentos orais do padre Juarez Benício Xavier e de Everaldo Soares Jr., colhidos em 18/4/96 e 7/5/96, respectivamente.

⁴⁸ Depoimento oral do padre Everaldo Peixoto, colhido em 28/6/96.

⁴⁹ Porto & Lage. 1995, p. 49.

⁵⁰ Depoimentos de Everaldo Soares Jr. e padre Peixoto.

estabelecer um diálogo, durante e após as apresentações, que, longe de ser espontâneo e aleatório, era guiado para os fins conscientizadores da campanha. Integrantes da Ceplar lembram: "Na campanha das fossas, fizemos grandes reuniões, quase assembleias populares, para tratar das fossas, mas dando-lhes um direcionamento sociopolítico-ideológico".⁵¹

Quanto ao processo especificamente escolar-educativo-pedagógico, executado no Grupo Escolar Raul Machado, a Ceplar buscava uma escola ativa, por meio de um "programa de ensino baseado em centros de interesses ligados ao mundo lúdico e imaginário da criança e ao mundo social e do trabalho em que vivia" (Porto & Lage, 1995:53), que contasse com a participação dos pais dos alunos.

Inicialmente, o governo estadual fez sua parte: verbas, nomeação de dez professoras formadas, veículos e motoristas. Pela Lei Nº 2.824 (publicada no DOE em 12.4.62), o governador Gondim autorizava a concessão de "créditos especiais de até Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) no exercício de 1962". Por meio da imprensa, a SEC-PB convocava normalistas formadas para a seleção de professoras da Ceplar, cujas primeiras classificadas seriam contratadas pelo Estado, ficando "obrigadas a prestar serviços na aludida campanha, pelo período de dois anos."⁵²

O trabalho dessas professoras, coordenado pela Ceplar, alcançou resultados positivos em suas primeiras ações pedagógicas. Tentando desenvolver uma escola para a qual a criança pudesse trazer seu mundo, fazendo do seu cotidiano parte dos programas e currículos, bem como procurando trabalhar com material didático elaborado a partir das atividades diárias executadas, o Raul Machado tornou-se uma escola diferente. Em pouco tempo, com o incentivo da distribuição de merenda escolar pelo governo, a frequência passou dos habituais 42 para 470 alunos⁵³. No início de 1963, a Ceplar já exibia ao público interessado a cartilha *Meu livro* e também alguns trabalhos que mostravam o "entrosamento da escola primária com problemas da comunidade", como a instalação de fossas sanitárias, além dos encaminha-

⁵¹ Idem.

⁵² O NORTE, 22/2/62. Depoimento oral do secretário (interino) Waldo Valle, já citado.

⁵³ O NORTE, 7/2/62.

mentos da resolução dos problemas da água, da poluição, da verminose.⁵⁴ Paralelamente, vários pais de crianças matriculadas no Raul Machado eram alfabetizados à noite.

No entanto, o trabalho da Ceplar não se restringia à Ilha do Bispo e não objetivava, de maneira prioritária, as crianças, e sim a educação/alfabetização política dos adultos. Buscava contribuir para a formação de adultos, buscando conscientizá-los para que participassem do processo de mudança do país e, especificamente, conquistá-los para seus (da Ceplar) planos de mobilização político-pedagógica da sociedade paraibana, que desembocaria na participação política pró-reformas.

*"A gente tava com preocupação total com valorização da pessoa, sobretudo do voto. Era um dos romantismos daquele tempo e foi justamente o que levou a todo esse movimento (...). Se atingiu a convicção de que se poderia fazer uma revolução nesse país através do voto consciente e uma das primeiras expectativas de que isso se confirmasse foi o Movimento de Cultura Popular do Recife, que deu a vitória a Arraes (...). A conscientização era uma das forças principais de respeito ao indivíduo, sobretudo pra preparar a iniciativa pessoal de cada um, então naturalmente, um povo que não está alfabetizado, não pode ler etc., então esse povo não tem possibilidade de participar. Então, foi nessa linha aí que se abriu a preocupação com a educação popular."*⁵⁵

Em seu projeto de investir na educação popular, além do governo estadual, a Ceplar contaria com o apoio do governo Goulart, diretamente interessado nesse processo, tanto no que tange à alfabetização como à formação de "eleitores conscientes".

Enquanto essas ações se passavam, na zona rural paraibana camponeses das ligas e milícias particulares contratadas por proprietários de terra se

⁵⁴ A UNIÃO, 18/5/62.

⁵⁵ Depoimento do Padre Juarez Benício Xavier.

chocavam. As maiores cidades paraibanas, em especial João Pessoa e Campina Grande, também viviam intensamente o clima político, com a permanente mobilização de setores estudantis, da imprensa, de setores da Ação Católica (JUC, JOC, JEC) e de partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro.

A Ceplar marcava presença nesse processo de mobilização e organização de setores sindicais, estudantis e intelectuais por intermédio de palestras, cursos e encontros – realizados nos auditórios da Associação Paraibana de Imprensa (API) ou da Faculdade de Direito da UFPB. Em 2 de março de 1962, o jornal O NORTE noticiava o primeiro deles:

"Seminário Sobre realidade Nordestina – promovido pela Ceplar: dia 12 – A realidade sócio-econômica do Nordeste – a cargo do Sr. Ronald Queiroz; dia 13 – A democratização da cultura pelo Professor Paulo Freire (do Movimento de Cultura Popular do Recife); dia 14 – O papel dos educadores na promoção do desenvolvimento do Nordeste pelo padre Antônio Nóbrega."

As temáticas não deixavam qualquer dúvida sobre o tipo de engajamento político pretendido pela Ceplar, nesses eventos culturais. Ao se tornarem freqüentes, passaram a constituir um movimento organizado de cultura – denominada popular, embora o povo fosse o alvo, e não a origem de tal movimento – feito pelos setores médios da sociedade "para o povo".

Dirigentes da Campanha participavam dos encontros e discussões com interesse tanto na área pedagógica-educativa, como na efervescência política em que estavam mergulhados os primeiros anos da década de 60. Por outro lado, os líderes da Ceplar mostravam-se preocupados com a exacerbação da ingerência dos políticos (chefes locais, deputados, prefeitos e outros) na educação, denunciando as perniciosas interferências nas nomeações, remoções e demissões de professores, diretores e funcionários.

Em suma, enquanto a alfabetização de adultos constituía uma atividade ainda embrionária, os debates e as intervenções político-culturais promovidas pelas lideranças da Ceplar integravam o movimento de esquerda/progressista que envolvia as organizações estudantis, os cristãos militantes (JUC, JOC, JEC), a

Frente de Mobilização Popular (FMP, “brizolista”), os principais sindicatos, além da Associação Paraibana de Imprensa (API) e do PCB.

3 – A alfabetização de adultos pelo Método Paulo Freire

A opção da Ceplar pela alfabetização de adultos tinha por objetivo a “elevação cultural das massas populares”, visando a intervenção no processo de mobilização e organização política. Para isso, investia nas ações político-culturais e apostava na alfabetização em tempo rápido. Alfabetizar em massa seria formar eleitores e uma oportunidade concreta de dar-lhes uma consciência crítica e, em última instância, fazer a revolução pelo voto.

Duas dirigentes da Campanha comprovam as motivações daquele tempo:

“Em âmbito nacional, o trabalho com as massas começava a ser sinônimo de erradicação do analfabetismo e de sindicalização, o que foi determinante para os rumos que a instituição tomou. Este era o caminho que abria para atuar junto à população adulta. Verbas importantes eram previstas para o combate ao analfabetismo. Contando, pouco depois, com recursos, pessoal e um método adequado, a Ceplar passou a viver uma nova fase de sua história, concentrando sua ação na alfabetização de adultos e na cultura popular” (Porto & Lage, 1995:61).⁵⁶

Enquanto isso, o Movimento de Cultura Popular do Recife destacava-se no cenário nacional e constituía referência principal no Nordeste. A Ceplar queria ser um MCP. Dentro desse objetivo, como resultado do primeiro contato com o MCP e principalmente com Paulo Freire⁵⁷ em junho de 1962, ficou acertado o treinamento do pessoal da Ceplar pela equipe do Serviço de Extensão

⁵⁶ Para que a Ceplar pudesse concentrar-se na alfabetização de jovens e adultos, as professoras cedidas pela SEC-PB assumiram a direção do Grupo Escolar Raul Machado.

⁵⁷ Ele relatou a experiência que acabara de realizar com empregadas domésticas, no Poço da Panela, Recife.

Cultural da Universidade do Recife (SEC-UR), dirigido por Freire, para a aplicação do "método" em João Pessoa e posteriormente em outras localidades do estado. Durante três meses, aos sábados, a equipe coordenadora da Ceplar (e, depois, da Ceplar de Campina Grande) fez cursos sobre o Método Paulo Freire e a realidade brasileira no SEC-UR.

O Método

Como resultado dos cursos citados, a Ceplar elaborou um texto sobre o Método Paulo Freire para usá-lo nos cursos de formação de seus professores. Neste eram discutidas questões relativas à superação das atitudes básicas dos analfabetos "diante do mundo e com o mundo" e de inserção "na realidade", que teriam levado Freire a elaborar:

*"Não somente um método ativo, participante, dialogal, não só a se alfabetizarem mas ainda a ganharem consciência de sua responsabilidade social e política. O sistema proporciona ao homem muito mais que simples alfabetização, pois através da discussão de problemas locais, regionais e nacionais torna-o mais crítico e leva-o posteriormente a se conscientizar e a se politizar."*⁵⁸

Para operacionalizar o Método, deveriam ser procedidas algumas superações.

"Ao invés da escola noturna para adulto foi criado o Círculo de Cultura. O professor é substituído pelo coordenador de debates. O aluno, pelo participante do grupo. A aula, pelo diálogo. Os programas, por situações existenciais, capazes de,

⁵⁸ Esse texto, bem como dezenas de materiais didáticos, serviram como "provas materiais" contra dez de seus dirigentes no Inquérito Policial Militar (IPM) a que foram submetidos. IPM, "Autos-Findos 151/69", arquivado no Superior Tribunal Militar, Brasília, vol. 18/23, fl.1675.

desafiando os alunos, levá-los, pelo debate das mesmas, a posições mais críticas."⁵⁹

Essa criticidade ajudaria o analfabeto a modificar as atitudes básicas da sua cotidianidade marcada, em geral, por um certo fatalismo/conformismo reproduzidos nos adágios: "sempre foi assim"; "vamos deixar como está, para ver como é que fica". A mudança começaria pela distinção entre o mundo da natureza e o da cultura. "A cultura como acrescentamento que o homem fez ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado do seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador."⁶⁰ Para tanto, o analfabeto teria que se descobrir enquanto fazedor de cultura:

"(A) alfabetização no sistema Paulo Freire é uma consequência da conscientização. Uma vez que já foi introduzido e iniciado nos núcleos a discussão do que é a cultura, e mais adiante dialogando a respeito de problemas vitais e sociais, o analfabeto sente-se além de profundamente motivado, desinibido, porque a partir desse instante ele adquire a dimensão nova de ser capaz de criar e recriar, torna-se então autoconfiante. A alfabetização se processa pelo método analítico-sintético, o da palavração" (IPM, vol. 18/23:1675).

A idéia era que o aluno, partindo de uma situação existencial que lhe fosse próxima, retivesse o conjunto antes dos detalhes, para depois associá-lo a um determinado objeto e, a seguir, à sua forma gráfica. Nesse sentido, a decomposição do todo (análise) em partes que seriam recompostas (síntese) em outras palavras, tanto determinaria sua leitura (do mundo e, depois, da palavra) como a formação de outras palavras e, assim, sucessivamente. Para efetivar tais ações, a principal técnica a ser utilizada era o diálogo entre os alfabetizandos, incluindo o coordenador dos debates, que não deveria externar sua opinião nem conduzir o debate. Na prática cotidiana acontecia diferente:

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

os coordenadores de debate (professores) seguiam os roteiros de politização e apresentavam a versão da realidade elaborada pela Ceplar.

Na prática alfabetizadora, eram efetuadas as cinco fases componentes do Método Paulo Freire:

"1) levantamento do universo vocabular, durante encontros informais dos educadores e dos analfabetos; 2) seleção das palavras geradoras, neste universo; 3) criação de situações existenciais, típicas do grupo que vai se alfabetizar; 4) criação das fichas-roteiro, que auxiliam os coordenadores de debates no seu trabalho e 5) feitura das fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondente aos vocábulos geradores" (IPM, vol. 18/23:1676).

Essas fases conduziam às três etapas de uso do Método pelos alfabetizandos, em seqüência eram:

"1º) Projeção da situação sociológica com a primeira palavra geradora (representação gráfica da expressão verbal da percepção do objeto). Inicia-se o debate em torno de suas implicações. Somente quando o grupo esgotou com o coordenador a análise da situação dada, se volta o educador para a segunda etapa;

2º) Visualização da palavra geradora, relacionada com o objeto ou ação representada na ficha;

3º) Decomposição da palavra geradora. Reconhecidos os pedaços (assim é que os analfabetos identificam os fonemas) na etapa de análise, passa-se para a visualização das famílias fonêmicas que compõem a palavra em estudo. Em seguida apresentam-se num slide as famílias reunidas. Daí parte-se para a última análise, a que leva às vogais" (IPM, vol. 18/23:1676).

Os conceitos utilizados

Os cursos ministrados por Jarbas Maciel, pelo próprio Paulo Freire e demais integrantes da equipe elaboradora do Método, do SEC-UR, foram registrados nas anotações das aulas teóricas e da discussão dos roteiros correspondentes às fichas de cultura.

Um dos principais conceitos utilizados nos cursos, oriundo da forte influência do ISEB, foi o da "sociedade brasileira em trânsito", do "arcaico para o moderno". A esse "trânsito" corresponderiam "estágios da consciência" que partiriam da "consciência mágica" (imersão) e chegariam à "consciência crítica" (inserção), passando pelo estágio "transitivo" (emersão).

Das anotações das aulas de Paulo Freire, pode-se destacar:

*"1) A transição que a sociedade brasileira está experimentando, da imersão (alienação) para a emersão (desalienação), é um dado do nosso processo histórico. Independe de nós, é fenômeno objetivo, irreversível e incontível; 2) o desafio e a tarefa do educador brasileiro é pegar o povo transitando e levá-lo à consciência crítica; 3) é preciso evitar que, após essa transitivação, o povo seja levado à consciência fanática. Isso equivaleria a um retrocesso em direção à consciência mágica."*⁶¹

Por outro lado, nos cursos dados por Jarbas Maciel, considerado o teórico da equipe liderada por Freire e que se conduzia na linha pavloviana, enfatizava-se o modelo do reflexo lógico:

"O homem se põe diante da realidade; formam-se as sensações e, depois, as percepções que constituem o primeiro sistema de sinais (montagem dos reflexos condicionados – pensamento e linguagem); as percepções refletem-se no

⁶¹ Extraído das anotações dos cursos ministrados (Recife, 1963) por Freire e a equipe do SEC-UR para dirigentes da Ceplar e da Ceplar-CG. Arquivo pessoal de Salette Van Der Poel.

segundo sistema de sinais com expressões verbais: a linguagem; mas, o segundo sistema de sinais (a linguagem, a inteligência) é expansível (através do trabalho o homem amplia seu segundo sistema de sinais – apud Pavlov; a expansão do segundo sistema de sinais se faz pela montagem de sucessivos subsistemas; um desses subsistemas, do segundo sistema de sinais, é o que corresponde à montagem dos reflexos da linguagem escrita, isto é, das expressões gráficas das expressões verbais; os demais subsistemas correspondem aos rudimentos de vocabulários mínimos das ciências, que o homem monta paulatinamente, através de seu trabalho e sua vivência." ⁶²

Nesse sentido, o conceito de educação como processo de comunicação é decorrente, e o modelo de conhecimento empregado enfatiza tal processo. Em outro trecho anotado das aulas ministradas pela equipe do SEC-UR, pode-se ler:

"O homem, diante da natureza, está diante de outros homens com os quais se comunica, porque é um ser de relações; o principal veículo dessa comunicação é a linguagem; a linguagem, assim, além de ser o instrumento fundamental da formação de uma consciência social, é também o principal veículo de comunicação do conhecimento; para comunicar conhecimento de geração a geração, o homem faz educação; educação é, antes de tudo, comunicação." ⁶³

Destarte, a comunicação era entendida como transferência de informação caracterizada pelas fases de apresentação das informações e da recepção. Estes conceitos, fundamentais na aplicação posterior do Método Paulo Freire, implicavam o próprio cerne do processo pedagógico proposto, ou seja, a

⁶² Anotações das aulas ministradas por Jarbas Maciel, nos cursos referidos.

⁶³ Idem.

codificação e a decodificação das informações, inclusive com a presença de um elemento decodificador: o professor ou o coordenador de debates. Sob esse prisma, uma das partes mais importantes do sistema utilizado pela Ceplar tinha como base os postulados:

*"A fase de apresentação caracteriza-se pela `codificação' da informação no canal ou canais de comunicação utilizados; para obter o máximo de rendimento do aprendiz, é preciso assegurar uma `decodificação' eficiente da informação; na decomposição, surgem vários elementos de ruído ou perturbação, que fazem cair o rendimento do aprendiz. As variáveis de apresentação não se casam bem com as variáveis de recepção (psicológicas), e os canais de comunicação utilizados passam a interferir uns nos outros; por isso, introduz-se um elemento decodificador (o coordenador de debates, o professor...); na escola antiga, a decodificação se fazia, preferencialmente, de tal maneira que a informação passava primeiro pelo professor ou decodificador, e só depois era manipulada pelo grupo; modernamente, a decodificação se faz preferencialmente pelo grupo receptor da informação. O coordenador de debate apenas garante uma dinâmica apropriada."*⁶⁴

Uma das exposições tornava-se básica para o trabalho com os diapositivos ou com as figuras (desenhos, cartazes) que traziam as informações codificadas: tratava-se dos canais de comunicação, tanto visuais como auditivos. Na metodologia a ser empregada, priorizava-se o imbricamento do material pictórico ou gráfico com o material sonoro ou verbal, oriundo das palavras geradoras obtidas do universo vocabular dos alfabetizandos. Na seqüência, cinco partes eram propostas:

⁶⁴ Idem. Material escrito fornecido pela equipe do SEC-UR para os cursos em referência.

"a) visualização, através do canal visual pictórico, com discussão do ponto de vista da situação sociológica associada ao vocabulário (quinze minutos); b) visualização da palavra (canal visual gráfico impresso); c) pronúncia da palavra (canal auditivo verbal); d) escrita da palavra (canal visual gráfico impresso) e e) escrita da palavra (canal visual gráfico manuscrito)." ⁶⁵

Deve-se observar que havia certo paradoxo entre o diálogo, que ganhou destaque central nas propostas de Paulo Freire ⁶⁶ e a base teórico-metodológica inicial do Método, trabalhada por Jarbas Maciel. A base do sistema, a do reflexo lógico de Pavlov, não priorizava a comunicação dialógica. Ao contrário, enfatizava a transmissão das informações. Esta, em função da própria velocidade (quarenta horas de alfabetização) do processo em geral era realizada pelo próprio coordenador de debates, à sua maneira.

As primeiras experimentações do Método pela Ceplar

Depois desse trabalho preparatório, em setembro de 1962, a Ceplar teve como primeiras alfabetizadas um grupo de domésticas, cujas líderes recebiam a influência do trabalho político-evangelizador da JOC e que se deparavam com o problema do analfabetismo ao não conseguirem que suas comunicações fossem lidas por suas lideradas. Por isso mesmo, foram indicadas por essas líderes e pela JOC, que realizava um trabalho de repercussão com empregadas domésticas, tentando, inclusive, sindicalizá-las. Esse grupo tinha aulas na própria sede da Ceplar, no centro de João Pessoa. Segundo dirigentes da Ceplar, "efetivamente, ao termo de quarenta horas, as alfabetizadas conseguiam, embora ainda com dificuldade, decifrar o

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Paulo Freire não se refere à base "pavloviana" que, na velocidade dos acontecimentos dos anos 60, fundamentava suas propostas. Apesar de embrionárias e experimentais, elas ganharam uma "aura" de definitivas e revolucionárias no trabalho dos seus aplicadores, como aconteceu na Paraíba, com as duas Ceplar.

conteúdo de frases simples, escrever palavras e, com firmeza, seu nome" (Porto & Lage, 1995:66). Mostrando a evolução desses alunos, o assistente da JUC observou:

*"Depois da nona aula, mais ou menos, elas já chegaram lá dizendo: 'olha, quando a gente recebe a carne enrolada nos jornais, a gente já lê aquilo tudinho que tá ali'. Então, eu disse: já sei que vão perder o emprego, porque a patroa não quer intelectual, mas quer cozinheira."*⁶⁷

Entretanto, a Ceplar constatou, desde o início, que se quisesse cumprir seus objetivos de elevar culturalmente as massas precisaria de muito mais que quarenta horas e que a operacionalização do Método deveria contar, no mínimo, com uma complementação. Esse grupo inicial serviu para que a própria equipe propositora do Método avaliasse seu próprio desenvolvimento, pela primeira vez conduzido por um grupo que não pertencia aos quadros da SEC-UR e que tinha pretensões de realizar um trabalho em larga escala⁶⁸.

Com efeito, a Ceplar estendeu suas experimentações para mais cinco grupos, formados principalmente por operários (também sob influência da JOC) nos bairros da Ilha do Bispo, Varadouro e Torrelândia, em João Pessoa.

O trabalho com esses novos grupos, conforme as fases do Método, seguiu os passos: pesquisa do universo vocabular dos alfabetizandos; escolha das palavras geradoras, ordenando-as em função das dificuldades fonêmicas e seu conteúdo social; projeção das situações sociológicas associadas aos vocábulos e debates/diálogo entre os participantes. A palavra "lata", por exemplo, foi associada a um desenho de um pedreiro subindo uma escada com uma lata

⁶⁷ Depoimento do padre Juarez Benício Xavier, citado.

⁶⁸ A atuação pioneira da Ceplar e os encontros (no Recife e em João Pessoa) com Paulo Freire e a equipe do SEC-UR fizeram dos paraibanos contribuintes importantes da aplicação em larga escala de um Método ainda experimental. A Ceplar serviu, inicialmente, como "campo de teste", acompanhado, entre outros, por Pierre Furter (sociólogo) que colaborava com Freire e o SEC-UR.

(água ou cimento) na cabeça. As palavras "povo" e "fome" foram associadas a uma feira livre⁶⁹.

Do trabalho com as palavras resultavam frases simples criadas pelos grupos alfabetizando, e outras feitas por seus coordenadores: "A fome é crime social"; "Deus condena a fome"; "O privilégio provoca briga". Para subsidiar o debate eram montadas previamente as fichas-roteiro, que deveriam ser seguidas pelos coordenadores do trabalho de alfabetização. As temáticas propostas indicavam o somatório de conceitos usados pelos comunistas e pelos católicos: o trabalho que dignifica o homem, o poder transformador do trabalho, as classes sociais, o sistema de produção, capital, trabalho, salário, participação nos lucros, alienação. Observa-se a avalanche de idéias preparadas para que, além de alfabetizar em quarenta horas, a Ceplar pudesse convencer e conscientizar seus alunos. O diretivismo político estava na base da condução do processo alfabetizador. Uma das fichas trazia:

"1 – Casa em construção

Conceituação de homem: a) ser racional, pensa, cria e transforma; b) instrumento de transformação, o trabalho.

. O trabalho do homem tem de ser revestido em benefício dele? Libertando-o? Escravizando-o?

. O trabalho como direito de todos: a) o progresso, fruto do trabalho, se destina ao homem; b) o trabalho deve dar condições de vida a todos.

. Dignidade do trabalho: todo trabalho é digno, no entanto ele não está dando condições de dignidade ao homem.

2 – Uma feira: conceito de povo; conceito de classes sociais; a feira e as classes sociais - contrastes; fome, carestia, poder aquisitivo; sistema de produção;

3 – Operários recebem dinheiro: relações de trabalho, capital e salário; salário absorvido pela inflação; solução: participação no comando e no lucro das empresas.

⁶⁹ Ver Porto & Lage, 1995, pp. 67-68.

4 – *Campo de futebol: diversão, valorização; profissionalização, malandragem; comercialização; alienação (peleguismo)*” (Porto & Lage, 1995:69).

Simultaneamente a esse trabalho com os novos grupos, encerravam-se as quarenta horas do grupo das domésticas. Constatação da experiência finda: a aprendizagem parecia frágil e seria rapidamente perdida se não houvesse uma etapa de consolidação. Diante dessa preocupação, surgiu na Ceplar a proposta de elaborar um livro de "texto simples, porém rico em conteúdo", o que foi feito sob o título de Força e trabalho e apresentado à equipe da SEC-UR. Um dos integrantes dessa equipe atestou os avanços da Ceplar e a aceitação de suas propostas pela equipe do Método, em 1963, afirmando:

"Aceitamos a sua (da Ceplar) excelente sugestão de que a etapa da educação primária deveria toda ela girar em torno de um livro, que seria uma antologia, uma espécie de 'manual de capacitação cívica'. O homem, depois de alfabetizado, está em condições de ler e escrever. Se a cartilha havia sido totalmente eliminada, tendo sido colocados em seu lugar bilhetes e cartas escritas pelos próprios adultos, agora se fazia necessária a utilização de seu novo instrumental intelectual através de um livro bem programado que mantivesse e garantisse a continuidade do processo de educação integral. Significativamente, a equipe da Ceplar escolheu para tema do primeiro 'manual de capacitação' (...) Força e Trabalho" (Maciel, 1963:33-34).

Ainda sobre as propostas da campanha paraibana, Maciel destacou:

"A terceira etapa do Sistema (Paulo Freire) – também fase atual de atividade do SEC-UR, em experiência conduzida pela Ceplar, em João Pessoa – é o ciclo primário rápido. Nesta etapa, uma vez alfabetizado, o adulto começará a ler 'pequenos manuais de capacitação cívica', sugeridos pela equipe da

Ceplar, nos quais encontrarão noções básicas de legislação do trabalho, geografia econômica, economia, sindicalismo etc. Assuntos técnicos ligados às profissões e ocupações dos recém-alfabetizados serão incluídos nesses manuais, bem como noções de arte popular e folclórica (mamulengo, dramatizações poesia nordestina popular). Será tentada a inclusão aí de reduções a vocabulários mínimos das chamadas Ciências do Homem (...). Os adultos, nesta etapa serão encorajados a escrever pequenos 'artigos' para seu próprio 'jornal' (com o qual já está acostumado desde a segunda etapa) e para pequenos 'livros' escritos em conjunto intercambiados pelos diversos círculos de cultura do Estado, da região e, mais tarde, do Brasil inteiro. Formar-se-ão, também, bibliotecas populares" (Idem:27).

No entanto, depois de efetivadas as primeiras experiências, os recursos mostravam-se insuficientes para expandir o processo de alfabetização. Além dos mais, o apoio do governo estadual nunca passou de custeio da infraestrutura mínima de pessoal, cessão de locais para cursos e transporte. A exemplo do Sirepa, a Ceplar não teria a amplitude de uma campanha estadual sem os recursos federais do Plano de Emergência (final de 1962), que era parte constitutiva do Plano Nacional de Educação do governo Goulart⁷⁰. Esses recursos foram recebidos, em parte, no início de 1963. Por meio deles, a Ceplar pôde planejar e dar início à sua expansão.

4 – A expansão da Ceplar

Em dezembro de 1962, a Ceplar foi convocada para uma reunião coordenada pela SEC-PB e por seu titular, Nominando Diniz, com a presença do governador e de representantes do CED e do MEC, onde seria definido o encaminhamento das verbas do Plano de Emergência na Paraíba. Um relato do

⁷⁰ Ver Capítulo I.

que já existia na Ceplar foi feito durante a reunião, e a previsão de "alfabetizar 3600 pessoas a cada dois meses" fundamentava a solicitação de investimentos significativos⁷¹. O Plano previa a aplicação de quase Cr\$ 49 milhões na Paraíba, dos quais Cr\$ 4,7 milhões (7,9%) eram da Ceplar, sendo a maior parte destinada às construções de escolas⁷².

No final de 1962, o jornal oficial do Estado veiculava um apelo da Ceplar aos interessados na alfabetização de adultos, anunciando um curso de sensibilização sobre a realidade brasileira e o Método Paulo Freire:

"(A Ceplar) acatando o Plano de Emergência do Ministério da Educação e Cultura, fará realizar, a partir de janeiro próximo, nos bairros da Ilha do Bispo, Torrelândia e Varadouro, importante campanha de alfabetização (...). Para proveito dos trabalhos, os dirigentes da Ceplar estão convidando os universitários, secundaristas, voluntários e demais pessoas interessadas na educação do povo, a participarem do curso de preparação que se iniciará a 2 de janeiro, com a seguinte programação: 2 – 14 hs. Visão crítica da realidade brasileira – Ronald Queiroz; 3 – 9hs. A realidade brasileira e o analfabetismo – Prof. Paulo Freire da Universidade do Recife; 4 – 14hs. A alfabetização num país subdesenvolvido – Wilson Marinho; 7 – 14 hs. Um novo método e uma nova técnica – M. das Dores Oliveira; 19 hs. Uma experiência prática – Lígia Macedo; 8 – 14hs. Alfabetização e educação – Isa Guerra; 9 – Planejamento" (A União, 21/12/62).

Essa convocação foi atendida por muitos universitários, principalmente estudantes dos cursos de Engenharia, Serviço Social e Filosofia da UFPB, que viriam a ser coordenadores da alfabetização, animadores dos debates e participantes das reflexões da Ceplar.

⁷¹ Ver Porto e Lage, 1995, p. 74.

⁷² Para poder contar com tais recursos, a Ceplar alterou seus estatutos, passando de "associação" para fundação (Diário Oficial do Estado da Paraíba, 20/4/63).

A inserção no Plano de Emergência significava um único caminho para a Ceplar, ou seja, o da expansão, que se daria por meio das seguintes medidas: abrir novos núcleos de alfabetização, selecionar e treinar professores no Método Paulo Freire, investir na confecção de material didático para adultos, supervisionar todo o trabalho, vincular o trabalho de alfabetização à movimentação político-cultural (local e nacional).

Para instalar novos núcleos de alfabetização foram feitos contatos com entidades sindicais, religiosas, esportivas e beneficentes. Buscavam-se desde os locais para as aulas até pessoas interessadas e que fossem responsáveis (localmente) pelo trabalho de organização (convocação/inscrição dos alfabetizandos e utilização dos equipamentos) e aplicação do Método Paulo Freire. Não raramente, a equipe da Ceplar estava muito mais interessada nessa tarefa de alfabetização-conscientização do que os próprios moradores dos locais visitados⁷³. Isso implicava maior ou menor facilidade da implantação de cada núcleo e a sua consolidação. Em princípio, o círculo de cultura seria renovado a cada dois meses (após as quarenta horas). Nesse processo de renovação dos núcleos, concentrou-se uma das dificuldades operacionais da alfabetização de adultos promovida pela Campanha⁷⁴.

Uma das atividades que mais marcou a Ceplar em toda a sua história foi a formação político-pedagógica dos animadores e coordenadores dos círculos de cultura.

"Quem havia optado por ser coordenador recebia uma formação específica cuja programação compreendia: metodologia do ensino, abrangendo aspectos ligados ao Método Paulo Freire (filosofia, técnica, estruturação de aulas, utilização do material visual); psicopedagogia, compreendendo reflexão sobre a realidade do público a alfabetizar e a atitude do coordenador face ao grupo; observação das aulas (sejam aquelas dadas em permanência na sede, sejam aquelas já existentes nos bairros) e sua conseqüente análise. A for-

⁷³ Depoimento oral de João Alfredo Guimarães, em 15/4/96.

⁷⁴ Idem.

mação partia do conhecimento e da prática pedagógica dos participantes, da referência à realidade conhecida, nelas integrando-se elementos teóricos para complementação e aprofundamento. O trabalho individual e de grupo, a experimentação e a análise, estavam na base do método utilizado pelos formadores" (Porto & Lage, 1995:77).

A Ceplar, utilizando as propostas de Freire, não admitia a alfabetização "em si", mas sim acoplada à conscientização política. Na condução do processo, os conteúdos e a metodologia da alfabetização dos adultos vinculavam-se ao contexto sociopolítico-econômico-cultural, lido por intermédio das lentes e dos filtros ideológicos emanados dos dirigentes da Campanha⁷⁵.

À medida que o trabalho se desenvolvia, a supervisão dos núcleos alfabetizadores tornava-se fundamental. Conseguir coordenar o processo, consolidá-lo e ter que renová-lo permanentemente, ao mesmo tempo em que outros núcleos estavam sendo implantados, requeria um desdobramento de todo o pessoal da Ceplar. Pedagogicamente, o desafio maior sempre foi a fixação da aprendizagem, visando impedir que os alfabetizados, por falta de aplicação dos conhecimentos, regredissem aos estágios iniciais. A preocupação era resolver ou minimizar essa contradição: de um lado, havia a necessidade de renovar a cada dois meses os núcleos (mesmo diante da fragilidade e da precariedade, reconhecida pela própria Ceplar, do processo alfabetizador em quarenta horas); de outro, conseguir a fixação do que foi aprendido diante das dificuldades apontadas.

Às vezes a Campanha se contentava com seus poucos resultados práticos.

"Os participantes aprendiam a ler seu nome, frases e textos simples. Embora a leitura fosse ainda balbuciante e também limitada sua capacidade de escrever, o nome escreviam com segurança, o que era, sem dúvida, uma conquista" (Porto & Lage, 1995:78-9).

⁷⁵ Ver textos utilizados na formação dos coordenadores de debates (professores) dos círculos de cultura, no tópico "A formação dos coordenadores" deste capítulo.

Certamente, escrever o nome e poder "votar consciente" era uma conquista. Porém, embora a pregação política da Ceplar fosse uma constante, ela não indicava candidatos⁷⁶.

Uma dificuldade que acompanhou a Ceplar, no trabalho noturno com os adultos, foi a manutenção da frequência e o combate à evasão dos alfabetizandos. Na raiz do problema estavam os seguintes fatores: o cansaço decorrente do trabalho, a velocidade do processo alfabetizador, a não-aplicação imediata dos conhecimentos da alfabetização, além de outros motivos individuais. Um dos presidentes da Ceplar, Juarez Macedo, ao demonstrar publicamente a preocupação da entidade com essa problemática, apelava para as organizações aliadas (sindicatos, clubes, associações etc.), no sentido de garantir, a qualquer custo, a frequência às aulas. Para a Ceplar, "a obtenção do resultado médio de quarenta aulas para cada analfabeto estará na dependência da assiduidade que os sindicatos venham assegurar no processo de alfabetização" (A União, 28/8/63).

Apesar da preocupação com a fixação da aprendizagem e com a pós-alfabetização, a Ceplar multiplicou seus núcleos no primeiro semestre de 1963, em João Pessoa. Em julho de 1963, vinte núcleos funcionavam em seis bairros da capital: além da Ilha do Bispo, Varadouro e Torrelândia, somavam-se Cruz das Armas, Róger e Santa Júlia.

Centenas de futuros alfabetizadores começaram a ser selecionados e treinados. Planejava-se a alfabetização de seis mil pessoas nos primeiros meses de 1964. A Ceplar engajou-se na campanha das reformas de base do governo federal, para fazer sua parte: alfabetizar/consientizar em pouco tempo. A certeza dessa missão não desapareceu depois de mais de trinta anos.

"Para a Ceplar, mais do que uma resposta a um apelo de um ministro, sua integração a esse Programa era um resultado natural de sua sintonia com o momento político. (...) As forças progressistas estavam empenhadas em contribuir para

⁷⁶ Além de todos os depoimentos confirmarem tal informação, não foi encontrada nenhuma referência a candidatos ou partidos políticos em nenhum dos documentos analisados da Ceplar.

aumentar o número de eleitores, alfabetizando o maior número possível de adultos, para ampliar o eleitorado consciente, procurando desequilibrar os currais eleitorais, dar um golpe no tradicional voto de cabresto" (Porto & Lage, 1995:85-6).

Em agosto de 1963, a Ceplar lançou um importante plano de expansão na capital e em várias cidades próximas, marcado por um grande evento realizado no Teatro Santa Roza, em João Pessoa, com a presença de várias autoridades e entidades aliadas (sindicais, associativas, estudantis, camponesas, intelectuais), inclusive do ministro da Educação e Cultura.

Numa entrevista do presidente da Ceplar ao jornal oficial do governo (primeira página), pode-se perceber seu entusiasmo diante da fase de maior expansão da Campanha:

"A Paraíba, pelo seu movimento de educação popular, recebeu a distinção do min. Paulo de Tarso, da Educação, de ajudar o governo federal na erradicação do analfabetismo. Além dos recursos previstos no Plano de Emergência do MEC, (...) deseja o min. Paulo de Tarso aproveitar a experiência dos movimentos de cultura popular para um ataque frontal ao analfabetismo. A Ceplar, que já conta com o apoio governamental e de amplas camadas da população, empenha-se agora, em levar o benefício da escolarização fundamental às faixas da população mais empobrecidas e incultas, assim entendidos, por exemplo, os meios operários e sindicais. Temos dialogado com os representantes dos trabalhadores diariamente e deles recebido o mais decidido endosso à tarefa que em comum desejamos realizar: a tarefa de alfabetizar 6 mil adultos em quatro meses de aula, a partir de janeiro vindouro. Os sindicatos trabalharão em três planos distintos: primeiro, contribuirão com seus voluntários para a campanha publicitária que está sendo lançada em vários pontos do Estado: colocação de faixas e cartazes, distribuição

de folhetos nos aglomerados urbanos etc, segundo, indicando, dentro do meio operário, quais as pessoas que, por seu grau de conhecimento, possam tornar-se alfabetizadores; terceiro, recrutando os analfabetos propriamente ditos e os incentivando na freqüência às aulas, a começar em janeiro (...). A Paraíba e com ela a Ceplar, os diretórios estudantis, sindicatos operários e representações camponesas estão desafiados a dar ao país um contingente maciço de homens livres do cativeiro da incultura completa. Dentre as formas de servidão talvez seja o analfabetismo a que mais deprime e condena o indivíduo. E no entanto a alfabetização das massas se inscreve como primeira condição da prosperidade e do desenvolvimento sócio-econômico" (A União, 22/8/63).

É importante destacar alguns pontos no discurso transcrito acima, elaborado para publicação e publicidade. Em primeiro lugar, aparece a referência ao governo federal (e não ao estadual) como novo sustentáculo da Ceplar, por força da completa sintonia, antes declarada. Em segundo lugar, conforme salientou o presidente da Campanha, a alfabetização se destinava aos empobrecidos e aos incultos. No entanto, esses eram previamente responsabilizados pelo sucesso ou fracasso da Campanha. Para que houvesse sucesso, precisavam: divulgar, indicar alfabetizadores, recrutar analfabetos e ainda garantir a freqüência. Por fim, deve-se destacar que o tom épico-ufanista da declaração convocava a união estudantil-operária-camponesa para "dar ao país um contingente maciço de homens livres do cativeiro da incultura completa", sem esquecer a fé na alfabetização como base do desenvolvimentismo.

Após o lançamento da campanha-monstro, a imprensa oficial continuou divulgando, com ênfase, os planos da Ceplar, informando sobre as inscrições e a seleção dos candidatos a alfabetizadores.

"As pessoas que quiserem fazer o curso para a formação de alfabetizadores da Ceplar podem se inscrever até o dia dois de setembro em sua sede, rua Conselheiro Henriques 159. A

prova de seleção dos candidatos será feita no próximo dia 3, às 19:30 hs, na Faculdade de Direito" (A União, 22/8/63).

5 – Os testes para seleção dos coordenadores de debates

A Ceplar pretendia selecionar candidatos para a função de coordenador de debates, progressistas que se adequassem ao projeto de alfabetização-conscientização. Para tanto, foram preparados testes para garantir a seleção desses candidatos e a conseqüente eliminação dos que não se enquadrassem nesses moldes. Na primeira parte de um dos testes, eram apresentadas seis questões:

"1 – Os dirigentes eleitos representam, realmente, o povo brasileiro? Justifique.

2 – Uma Reforma Agrária feita pelos atuais deputados pode atender aos interesses do povo? Justifique.

3 – Que acha das Ligas Camponesas?

4 – Acha que um analfabeto tem capacidade de escolher os dirigentes do país? Justifique.

5 – Que acha da greve? Justifique.

6 – Você prefere ensinar na cidade ou no campo?"⁷⁷

Na segunda parte, pedia-se que o candidato escrevesse o que havia lhe sugerido uma determinada figura. Uma das candidatas iniciou sua resposta escrevendo: *"Na gravura nos mostra camponês com toda a sua família, sendo expulso de uma fazenda pelo capataz e outros trabalham na terra, com este trabalham arranjam um pouco para o sustento dos seus (...)"*.⁷⁸

Outro exemplo ajuda a clarificar a intencionalidade dos propositores dos testes. Perguntava-se: *"Sendo o Congresso brasileiro formado, em sua*

⁷⁷ Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba, arquivado no Superior Tribunal Militar (STM) como "Autos-Findos 151/69". Op. cit., vol. 5/23, fl. 477.

⁷⁸ Idem.